SF/26455.50295-66 (LexEdit)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater as causas estruturais das elevadas taxas de juros no Brasil e examinar alternativas de política econômica, monetária, fiscal e financeira para sua redução sustentável.

A audiência terá como objetivo reunir economistas de reconhecida trajetória acadêmica e profissional, representantes de instituições públicas e especialistas do sistema financeiro, visando à avaliação das causas dos juros elevados no Brasil e à identificação de medidas capazes de reduzir o custo do crédito, estimular o investimento produtivo e promover o desenvolvimento econômico e social, preservando a estabilidade monetária e financeira.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor André Lara Resende, Economista, ex diretor do Banco Central e ex-presidente do BNDES;
- o Senhor Armínio Fraga Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil e sócio-fundador da Gávea Investimentos.;
- o Senhor Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor emérito da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) e ex-ministro da Fazenda.;
- o Senhor Nelson Barbosa, professor da Fundação Getulio Vargas, diretor do BNDES e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento.;

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4559412228

SF/26455.50295-66 (LexEdit)

• a Senhora Laura Carvalho, professora da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).;

• o Senhor Rodrigo Toneto, pesquisador do IPEA e subsecretário de política fiscal;

• o Senhor Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central do Brasil;

• o Senhor José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta historicamente taxas de juros reais elevadas em comparação internacional, constituindo um dos principais obstáculos ao financiamento da produção, à expansão dos investimentos, ao consumo das famílias e ao desenvolvimento econômico nacional.

Embora a taxa básica de juros seja um instrumento central da política monetária para assegurar a estabilidade de preços, sua manutenção em patamares elevados produz efeitos relevantes sobre a atividade econômica, o custo de financiamento das empresas, o endividamento das famílias e as despesas financeiras do setor público.

Em setembro de 2026, a taxa Selic encontrava-se em 13,75% ao ano. No mesmo período, segundo dados do Banco Central, os juros médios das novas operações de crédito alcançaram 32,4% ao ano, enquanto os juros das operações com recursos livres atingiram 49,0% ao ano. Esses números evidenciam que o elevado custo do crédito no país não pode ser analisado exclusivamente pela trajetória da taxa básica de juros, exigindo também a investigação dos componentes estruturais dos spreads bancários.

A literatura econômica contemporânea apresenta diferentes interpretações sobre os determinantes das elevadas taxas de juros brasileiras. Entre os fatores discutidos encontram-se a formação das expectativas de inflação,

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4559412228

SF/26455.50295-66 (LexEdit)

a taxa de juros real neutra, os prêmios de risco, a dinâmica da dívida pública, a coordenação entre as políticas fiscal e monetária, a estrutura do sistema bancário, a concorrência financeira, o risco de inadimplência, os custos de intermediação e as características institucionais da economia brasileira.

Estudos recentes do Banco Central e do Fundo Monetário Internacional também demonstram a importância de examinar os mecanismos de transmissão da política monetária às diferentes modalidades de crédito, bem como as relações entre juros, sustentabilidade fiscal, expectativas, câmbio e crescimento econômico.

Nesse contexto, torna-se fundamental promover um debate técnico qualificado, plural e orientado por evidências, reunindo economistas de diferentes tradições teóricas e experiências de formulação de políticas públicas.

A audiência deverá examinar, entre outros aspectos:

I – Os determinantes históricos e estruturais das elevadas taxas de juros reais no Brasil e sua comparação com outras economias emergentes e desenvolvidas;

II – A efetividade dos instrumentos de política monetária no controle da inflação, considerando a natureza dos choques inflacionários, os mecanismos de transmissão e os impactos sobre emprego, renda e investimento;

III – A relação entre taxa básica de juros, resultado nominal, custo da dívida pública, expectativas de inflação e sustentabilidade fiscal;

IV – As possibilidades de aperfeiçoamento da coordenação entre as políticas monetária, fiscal, cambial e de crédito, respeitadas as competências institucionais das autoridades econômicas;

V – A composição dos spreads bancários e as possibilidades de redução dos custos de intermediação financeira, mediante maior concorrência, eficiência, transparência e instrumentos de mitigação de riscos;

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4559412228

SF/26455.50295-66 (LexEdit)

VI – O papel dos bancos públicos, das instituições financeiras privadas, das cooperativas de crédito, das fintechs e dos mecanismos de garantias na ampliação do financiamento produtivo a custos acessíveis;

VII – Os impactos distributivos das taxas de juros elevadas sobre trabalhadores, famílias endividadas, micro e pequenas empresas e setores produtivos;

VIII – As experiências internacionais e as alternativas institucionais e regulatórias capazes de contribuir para a redução sustentável dos juros, sem comprometer a estabilidade de preços e do sistema financeiro.

A realização da presente audiência pública permitirá ao Senado Federal aprofundar o diagnóstico sobre um dos principais desafios estruturais da economia brasileira e identificar recomendações concretas de políticas públicas e iniciativas legislativas que contribuam para a redução dos custos de financiamento, o fortalecimento da produção nacional e a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2026.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4559412228